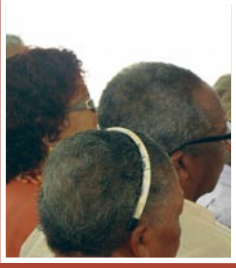


# O compromisso

Acesse: [www.sindsepm.org.br](http://www.sindsepm.org.br)



## DESAPOSENTADOS

**Terão que devolver dinheiro ao INSS**

Página 2

## ARTIGO

**Mais desemprego a caminho**

Página 4

## MOBILIZAÇÃO

**Barrado artigo que congelava recursos**

Página 3



## XII CONSINDSEP

# “O momento é político!”

Para o presidente do Sindsep-MT, não há como fugir do tema em virtude das circunstâncias impostas pelas instituições golpistas

Foto: Mário Hashimoto



Clemente Ganz, diretor técnico do Dieese

**E** stá chegando a hora! Entre os dias 21 a 24 deste mês será realizado o XII Congresso Ordinário dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso, no Hotel Mato Grosso Águas Quentes, localizado na Serra de São Vicente. Participarão cerca de 160 pessoas entre delegados natos e eleitos nas assembleias de base, pessoal de apoio além de convidados. Já no dia 25, sábado, será realizada a Assembleia Geral Extraordinária com início previsto para 8h.

Com extensa programação, a abertura será às 18h com a seguinte pauta: deliberação do regimento interno; análise de conjuntura; apresentação e deliberação sobre as teses propostas pelos filiados; deliberar sobre alteração do Estatuto do

Sindsep-MT, na forma das propostas apresentadas pelos filiados até dia 30/05/2018.

Para o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, o XII Congresso não abrirá mão de debater profundamente o momento político e econômico do país e o caos gerado por um governo ilegítimo em conluio com o Congresso Nacional e o Judiciário tanto que no Manifesto do XII Congresso intitulado “Construir a mobilização unitária pelos direitos e por democracia” é reivindicado o cumprimento de todos os acordos firmados em 2015 e a revogação da Emenda Consti-

tucional 95 e da Reforma Trabalhista, entre outros, inclusive pelo direito do ex-presidente Lula ser candidato, pois sem ele, eleição é fraude.

Entre os convidados que farão as análises e debates estão os diretores do Dieese, Clemente Gans Lúcio e Max Leno; o Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva; o cuiabano Hélder Molina, professor da UERJ; Henrique Lopes, presidente do Sintep-MT; João Luiz Dourado, presidente da CUT-MT e Rogério Antônio Expedito, diretor da Condsef/Fenadsef.

## DIA DO BASTA!

# Centrais convocam população contra a retirada de direitos

Sindicatos não devem permitir a conclusão do golpe, diz Vagner Freitas

**P** róximo da realização das duas grandes manifestações agendadas para os dias 10 e 15 de agosto, a Executiva Nacional da CUT convocou a militância para participar dos atos marcados.

No Dia do Basta, 10 de agosto, haverá manifestações por todo Brasil chamada pela CUT e demais centrais sindicais com apoio das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e de vários movimentos sociais.

“Temos condições de fazer uma grande mobilização no dia 10 para dizer basta ao desemprego, basta de política de preços da Petrobras, com reajustes diários. Basta de retirada de direitos, entre tantas maldades deste governo golpista”, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas.

As plenárias interestaduais da CUT, que estão acontecendo pelo país, visam o fortalecimento da mobilização de trabalhadores e trabalhadoras.

Os sindicalistas CUTistas promovem ainda as plenárias estaduais para potencializar a luta pela retomada de direitos. Nos encontros, além das mobilizações, a CUT está construindo a campanha Lula Livre e lançando a Plataforma da central para as

eleições deste ano.

Segundo Vagner Freitas, os sindicatos precisam fazer esse enfrentamento e não permitir a conclusão do golpe jurídico, parlamentar e midiático, elegendo o candidato de Temer (MDB-SP) e do mercado financeiro que querem colocar a política da elite que é contra o trabalhador.

“O candidato da direita também quer acabar com direitos, sucatear as empresas públicas, privatizar a educação e a saúde, entre outros ataques à classe trabalhadora. Esse é o candidato do golpe que atrasou o Brasil e é o candidato de Temer, que além de ilegítimo e golpista, é o mais rejeitado da história”, destacou Vagner.

No dia 15 de agosto, dia do prazo para registrar a candidatura de Lula à presidência da República, milhares de pessoas deverão ocupar o Brasil para defender a participação do ex-presidente.

“Lula é candidato e a efetivação desta disputa será feita em 15 de agosto. A direita já tem seu candidato, mas o medo não é do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Sem Terra e nem da CUT, o medo deles é do Lula”, afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas. (Fonte: CUT)

**10 DE AGOSTO DIA DO BASTA!**

**EM DEFESA DO EMPREGO, DA APOSENTADORIA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS!**

**DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E PARALISAÇÕES**

**CONCENTRAÇÃO EM CUIABÁ: PRAÇA IPIRANGA - 16H**

**SINDSEP-MT**



DOR DE CABEÇA

# Desaposentados podem ter que devolver dinheiro ao INSS

Em 2016, o STF considerou ilegal sob o argumento de que não está prevista na legislação.

**S**egurados que entraram na Justiça e conseguiram a desaposentação podem ter que devolver o dinheiro ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Sem confirmar o número de ações em que aposentados pedem a devolução do que foi pago a mais, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que apenas quem recebeu o benefício após decisões provisórias (tutela antecipada) irá, “eventualmente, a depender de decisão judicial, devolver” os valores.

“Aqueles que receberam valores em decisão judicial transitada em julgado [ou seja, em ações já concluídas] não precisarão devolver valores, mas poderão ter seu benefício revisto, por meio de ação rescisória”, disse a AGU, em nota.

A desaposentação é a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social. Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou ilegal a desaposentação, sob o argumento de que não está prevista na legislação. Na época, mais de 180 mil processos estavam parados em todo o país aguardando a decisão da Corte.

Entretanto, explicou o professor de direito previdenciário Guilherme Portanova, o STF deixou em aberto os efeitos da decisão, como o referente à devolução dos benefícios que já haviam sido recalculados e pagos aos aposentados. Portanova é membro do Conselho Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Fotos Mario Hashimoto



O melhor caminho será o Congresso regulamentar a desaposentação

Para o professor, o INSS não poderia fazer tal cobrança, pois o julgamento de 2016 ainda não foi concluído (transitado em julgado). Ele lembrou que ainda há embargos de declaração para serem julgados, questionando justamente a previsibilidade de devolução do valor que foi revisto na aposentadoria.

Portanova destacou que, enquanto o STF não decide sobre os embargos, há elementos jurídicos para discutir a não devolução dos valores, bem como a manutenção dos valores a mais conseguidos com a desaposentação, mesmo em ações rescisórias. Com ou sem viabilidade jurídica, o governo vai buscar a devolução dos recursos e, nesse caso, o processo daqueles que conseguiram o benefício do recálculo na Justiça deverá ser tratado individualmente.

“Eles [INSS] sabem que há uma desinformação no Brasil. A minha orientação é que o aposentado procure um advogado especialista, porque há inúmeras hipóteses para não precisar devolver o dinheiro”, afirmou o especialista.

**Histórico**

Segundo o professor Portanova, até o ano de 1994, existia um benefício chamado pecúlio, que consistia na devolução, em cota única, das contribuições efetuadas para o INSS pelo cidadão que continuou trabalhando após ter se aposentado por idade e tempo de contribuição.

A lei que extinguiu o pecúlio em 1994 também previa que o aposentado que continuasse trabalhando não precisava contribuir com a Previdência Social. Entretanto, outra lei, editada um ano depois, voltou a exigir a contribuição dos trabalhadores aposentados, mas sem nenhum benefício financeiro em contrapartida, sob o argumento de que a contribuição previdenciária é solidária (para o conjunto dos trabalhadores, e não individual).

Como o pecúlio havia sido extinto, começaram a surgir as ações de desaposentação, para que aqueles que continuaram a trabalhar pudessem recalcular a aposentadoria e receber benefício maior com base nas novas contribuições à Previdência Social.

O caminho possível para pacificar a questão seria, por meio do Congresso Nacional, estabelecer o retorno do pecúlio ou regulamentar a desaposentação e criar critérios para o recálculo do benefício. (Fonte: Agência Brasil)

Fotos: Mario Hashimoto



**Julho é mês de assembleia da diretoria executiva**

**C**om a maioria da diretoria executiva do Sindsep-MT presente, foi realizado no último dia 20 em sua sede, assembleia geral onde foram discutidos assuntos internos, da área jurídica e mobilização para o “Dia do Basta” no dia 10 de agosto em Cuiabá e interior. Também foi aprovado apoio financeiro para o Sindicato dos Jornalistas no Estado de Mato Grosso (SindJor-MT) que passa por sérias dificuldades financeiras e principalmente sobre a programação do XII Congresso. A seguir foi feito relato por João de Deus, sobre a Plenária do Centro-Oeste chamada pela CUT e realizada em Campo Grande-MS. Na sua fase final, foi lido o parecer do relatório do Conselho Fiscal e logo em seguida, votação e aprovação das contas do primeiro semestre deste ano.

**Expediente**

**o compromisso**

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT  
 Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br  
 Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT  
 E-mail: mhashi104@yahoo.com.br  
 Editoração eletrônica: Oficina A-104

**DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019**

**Presidente:** Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **1º Sec. Geral:** Damásio de Souza Pereira; **2º Sec. Geral:** Hobson Aparecido Correa; **1º Sec. de Finança:** Gildásio Ferreira Gomes; **2º Sec. de Finança:** Sebastião de Jesus; **1º Sec. de Administração:** Enildo Gomes; **2º Sec. de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **1º Sec. de Ass. Jurídico:** João Bosco de Moraes; **2º Sec. de Ass. Jurídico:** Idivaldo B. De Oliveira; **1º Sec. de Formação e Política Sindical:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **2º Sec. de Formação e Política Sindical:** Lurdes Fernandes Rosa; **1º Sec. do Interior:** Benedito Assis da Silva; **2º Sec. do Interior:** Albir Alves de Brito; **1º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **2º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **1º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **2º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Zelairdes Rodrigues Leite; **1º Sec. Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **2º Sec. Saúde do Trabalhador:** Deusdete Cabral; **1º Sec. Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **2º Sec. Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **1º Sec. de Cultura:** José Olímpio da Silva Neto; **2º Sec. de Cultura:** Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinêia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademir Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala



**UNIDADE**

# “Pressão” no Congresso barra artigo que congelava recursos

Mobilização faz com que PLDO 2019 fosse votado dia 11/07 no Congresso sem o artigo 92-A

**O** artigo inviabilizava investimentos com setor público e não permitia reposição salarial, além de impedir concursos, entre outros entraves para investimento público para 2019. A unidade e mobilização de todas as entidades representativas dos servidores, reunida com seus principais fóruns, Fonasefe e Fonacate, os atos e pressões promovidos ao longo do mês, mostram que é preciso continuar agindo nessa direção. Essa é uma vitória importante, mas ainda há muito que avançar.



Sérgio: pela revogação da EC95

"Queremos a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95 que congela o setor público por 20 anos. Queremos a retomada das negociações, o cumprimento de acordos firmados e ainda pendentes, o reconhecimento à data base, à negociação coletiva, entre outros avanços fundamentais", pontua Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Para a

entidade, é inadmissível que não sejam serviços públicos de qualidade a que a população tem direito enquanto priorizam uma minoria que lucra com a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Ainda há muito pela frente. A garantia de que o artigo que inviabilizaria toda e qualquer tentativa de luta e diálogo foi apenas um primeiro passo. A construção em torno das principais demandas dos servidores e

necessidades dos serviços públicos deve continuar sendo debatida. É preciso garantir um projeto de País que considere o setor público como ele é: instrumento essencial ao impulsionamento de um país que quer avançar economicamente garantido políticas públicas e o pleno direito do cidadão aos serviços essenciais assegurados pela Constituição. Investir em serviço público, portanto, é respeitar a Constituição Brasileira. (com Condsef)



## Cuiabá tem alta expressiva da cesta básica

**E**m junho, houve elevação do valor do conjunto de alimentos essenciais em 15 capitais, como indicam os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As altas mais expressivas foram registradas em Cuiabá (7,54%), Recife (5,82%), Curitiba (3,84%), Belém (3,83%) e Porto Alegre (3,45%). As reduções ocorreram apenas em Campo Grande (-4,51%), Florianópolis (-3,70%), Belo Horizonte (-0,32%), Goiânia (-0,23%) e Rio de Janeiro (-0,10%).

A cesta mais cara foi a de Porto Alegre (R\$ 452,81), seguida de São Paulo (R\$ 451,63), Rio de Janeiro (R\$ 445,58) e Cuiabá (R\$ 425,32). Os menores valores foram observados em Salvador (R\$ 333,00) e Aracaju (R\$ 349,55).

Em 12 meses, entre junho de 2017 e 2018, os preços da cesta caíram em 13 cidades, com destaque para Goiânia (-6,23%), João Pessoa (-5,40%) e Salvador (-4,92%). As altas foram registradas em sete capitais e as principais são as de Cuiabá (7,61%) e Rio de Janeiro (6,00%). No primeiro semestre de 2018, todas as capitais acumularam aumentos, com variações entre 1,42%, em Goiânia, e 12,90%, em Cuiabá. (Fonte: Dieese)

## Metade não recomendaria a própria profissão

**Q**uase metade (49%) dos professores brasileiros não recomendaria a própria profissão para um jovem por considerá-la desvalorizada. Apenas 21% afirmam estar totalmente satisfeitos com a atividade docente. Um terço (33%) diz estar totalmente insatisfeito com a profissão.

Os dados são da pesquisa Profissão Docente, da organização Todos Pela Educação e do Itaú Social, que ouviu 2.160 professores da educação básica (da educação infantil até o ensino médio) das redes pública e privada de todo o Brasil. A pesquisa, divulgada nesta segunda-feira (30/07), foi realizada entre os dias 16 de março e 7 de maio deste ano. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Entre os professores entrevistados, 68% são mulheres, com média de 43 anos de idade e 17 de carreira. A maioria (70%) possui especialização e 56% dá aula na rede pública municipal.

De acordo com o levantamento feito pelo Ibope Inteligência em parceria com a rede Conhecimento Social, 78% dos professores afirmam ter escolhido a carreira principalmente por aspectos ligados à afinidade com a profissão, como o prazer por ensinar ou transmitir conhecimento (34%) e a aptidão e talento para ser professor (13%). (Fonte: CUT)

# CAMPANHA SALARIAL 2018

### EIXOS CENTRAIS:

- 1) Correção salarial com aplicação do índice de 25,63% (DIEESE);
- 2) Extensão do índice da Lei 13.464/2017 para todos os servidores federais;
- 3) Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015; e
- 4) Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIÃO para a manutenção de plano de saúde servidores.

### NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL:

- 1) Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- 2) Pela retirada da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/16) e Revogação da Reforma Trabalhista;
- 3) Pela retirada da MP 805/18 (que aumenta a alíquota previdenciária e posterga reajustes);
- 4) Data-base em primeiro maio;
- 5) Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na Convenção 151 OIT;
- 6) Pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e a Lei 156/2016;
- 7) Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- 8) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
- 9) Isonomia salarial entre os poderes; e,
- 10) Incorporação de todas as gratificações produtivistas.

### PREVIDÊNCIA:

- 1) Anulação da reforma da previdência de 2003 e contra a PEC 287/16;
- 2) Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
- 3) Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
- 4) Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
- 5) Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
- 6) Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;
- 7) Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

### CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO:

- 1) Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas, pela revogação do Ofício MPOG 605/16-MP e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento;
- 2) Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPFs e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPFs;
- 3) Fim da terceirização e toda forma de precarização e a revogação da Lei 13.429/17 (terceirizações);
- 4) Fim da privatização no serviço público;
- 5) Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
- 6) Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);
- 7) Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
- 8) Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
- 9) Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
- 10) Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
- 11) Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16 (CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15 (CNTSS e FENASPS), nº 05/15 (FASUBRA), nº 20/15 (ASFOC-SN), nº 28/15 (ASSIBGE), nº 25/15 (UNACON-Sindical), nº 29/15 (SINPECPF), nº 31/15 (SINAL e SINBACEN), nº 02/16 (SINDFISCO-Nacional), nº 03/16 (SINDRECEITA), nº 04/16 (SINAIT), nº 05/16 (FENAPRF), nº 06/16 (ANFFA-Sindical) e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal); e,
- 12) Garantia plena da licença capacitação do servidor público.

### EIXOS GERAIS: DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 1) CONTRA O DESMONTE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS;
- 2) PELA REVOGAÇÃO DA EC 95;
- 3) PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA; e,
- 4) CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.



A pauta da Campanha Salarial 2018 foi protocolada no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dia 19 de fevereiro de 2018, pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) – o qual a Condsef/Fenadsef e sindicatos filiados integram – e o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)

**Odontologia Bolak**  
Dr. Fernando Bolak  
Cirurgião Dentista | CRO - MT 7222

**Temos convênio com o Sindsep-MT**

- Implante dentário / Prótese
- Botex / Preenchimento facial / tratamento contra Enxoframento Crônico e Bruxismo
- Cirurgia / Biectomia
- Dentística / Clareamento / Faceta / Lente de contato dental
- Periodontia / Gengivoplastia
- Odontopediatria
- Ortodontia

Av. Gov. Dante Matos de Oliveira, nº 2714, Cuiabá - Mato Grosso - CEP: 78050-700  
Fernando Bolak Odontologia Estética  
dfernandobolak@gmail.com  
65. 9.9251-5577 | 3644-6233



ARTIGO

MAIS DESEMPREGO A CAMINHO

Exigimos que o governo Temer chame os representantes da indústria e da classe trabalhadora para debater amplamente a questão, explique à sociedade o porquê de sua pressa nesta negociação feita por debaixo dos panos e, finalmente, não assine um acordo que irá aumentar ainda mais a atual crise econômica, colocando em risco milhões de postos de trabalho e destruindo os parques industriais do Brasil e demais países do Mercosul.

MIGUEL TORRES\*

Um acordo bilateral de livre comércio entre Mercosul e União Europeia pode ser fechado a qualquer momento e, se isto realmente ocorrer, como pretende o governo de Michel Temer, teremos na indústria nacional impactos altamente negativos, com uma nova invasão de produtos importados, queda de investimentos no setor, fechamento de inúmeras empresas e demissões de cerca de seis milhões de trabalhadores e trabalhadoras.



um cenário de intensa crise, com desemprego, ataque aos direitos e redução de investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia, o ilegítimo e nada patriótico governo Temer continue adotando medidas de lesa-pátria, vendendo nossas riquezas, penalizando o setor produtivo e a indústria brasileira, afundando a

economia, impedindo a retomada do desenvolvimento e destruindo o futuro da Nação!

Basta!

(\*) PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS (CNTM) E DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES, PRESIDENTE INTERINO DA FORÇA SINDICAL E UM DOS COORDENADORES DO MOVIMENTO BRASIL METALÚRGICO.

A negociação prevê o fim da cobrança da taxa de 35% de importação dos produtos industrializados da União Europeia aos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) por 15 anos. Neste período, em troca de serviços e produtos industrializados da Europa, iríamos oferecer apenas nossas commodities industriais, que são os produtos de baixo valor agregado.

Companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC explicam, por exemplo, que com o fim da taxa de importação, as montadoras de matrizes europeias que estão no Brasil, como a Volkswagen, Mahle e Mercedes, vão preferir produzir automóveis em seus países e mandar os carros prontos para o Brasil.

Além das montadoras, o setor de autopeças e toda cadeia produtiva automotiva também serão fortemente atingidos pela medida. Pois, se a indústria automotiva reduzir sua presença no País, os segmentos de autopeças, partes e componentes, que hoje abastecem esta indústria, vão perder espaço e tornar-se praticamente desnecessários. Será um caos!

Exigimos que o governo Temer chame os representantes da indústria e da classe trabalhadora para debater amplamente a questão, explique à sociedade o porquê de sua pressa nesta negociação feita por debaixo dos panos e, finalmente, não assine um acordo que irá aumentar ainda mais a atual crise econômica, colocando em risco milhões de postos de trabalho e destruindo os parques industriais do Brasil e demais países do Mercosul.

Assumimos, desde já, o compromisso de fazer uma ação unificada do movimento sindical, incluindo novas mobilizações do Movimento Brasil Metalúrgico, para alertar os parlamentares dos quatro países do Mercosul sobre o problema e pedir que não aprovem, caso seja assinado, este Acordo de Livre Comércio entre os blocos.

Não podemos aceitar que, em

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS
www.coquetel.com.br
Revistas COQUETEL
Grid of crossword clues in Portuguese with various categories like 'Canto como o gregário', 'A course mais procurada em rodízios', etc.

CÉREBRO VIVO
MAIS DE 200 JOGOS E DESAFIOS PARA MANTER A MENTE JOVEM E ATIVA
Nas bancas e livrarias.
COQUETEL
Solução
Grid of the crossword solution.



Table listing names (NOME) and dates (DIA) for a calendar or list of events, starting with ADELITA DE ARRUDA MAGALHÃES on 23 and ending with XISTO SILVA on 06.